

AVISO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A ONG britânica Forest Coalition traduziu os documentos de consulta sobre o processo de devida diligência que recebemos da DEFRA: <https://consult.defra.gov.uk/eu/du-diligence-on-forest-risk-commodities/>. Essas traduções foram feitas de forma voluntária e independente do governo do Reino Unido para ajudar nossos parceiros e outros grupos da sociedade civil que não foram contatados diretamente pelo governo.

Embora tenhamos nos esforçado para sermos o mais precisos possível, não podemos garantir a precisão das traduções e não assumimos nenhuma responsabilidade por eventuais erros ou omissões ocorridos no processo de tradução.

Importante:

- Se desejar enviar uma resposta, envie-a diretamente ao governo do Reino Unido, seguindo as instruções descritas no documento de consulta, pois não poderemos apresentá-la em seu nome.
 - O governo do Reino Unido exige que todas as respostas sejam enviadas em inglês e você deverá elaborar sua resposta por conta própria. Infelizmente, a Forest Coalition não pode oferecer traduções de respostas.
 - Ficamos contentes com o compartilhamento dessas traduções com outras pessoas, mas elas só devem ser compartilhadas da forma definida acima.
-

Devida diligência em commodities de risco florestal

Documento de consulta

Agosto de 2020



© Direitos autorais da Coroa 2020

Essas informações estão licenciadas sob a licença Open Government Licence v3.0. Para ver essa licença, visite www.nationalarchives.gov.uk/doc/open-government-licence/

Esta publicação está disponível em www.gov.uk/government/publications

Quaisquer perguntas relativas a esta publicação devem ser enviadas para

Due.Diligence@defra.gov.uk

www.gov.uk/defra

Índice

Introdução	4
Como e por que estamos realizando a consulta?.....	5
Como responder	5
Confidencialidade e proteção dos dados	5
Administrações descentralizadas	6
Justificativa	7
Por que se concentrar em commodities?.....	7
O que pode ser feito para garantir que as commodities sejam produzidas de forma mais sustentável?	8
O que mais pode ser feito?	9
Proposta.....	10
Uso da lei para impor um dever às empresas	11
Exigência de que as empresas garantam que as commodities foram produzidas legalmente.....	11
Leis relevantes.....	12
Foco em empresas específicas.....	12
Perguntas da consulta.....	13
Seção A: Sobre você	13
Seção B: Sobre sua organização.....	13
Seção C: Sobre sua empresa.....	13
Seção D: Sobre a proposta	16
Bibliografia	18

Introdução

É vital que a recuperação da pandemia da COVID-19 nos ajude a construir uma economia global mais verde, justa e resiliente. A proteção de ambientes florestais preciosos é fundamental para combater as mudanças climáticas, garantir que as pessoas tenham meios de subsistência seguros e proteger os sistemas naturais dos quais todos nós dependemos para obter os alimentos que consumimos, a água que bebemos e o ar que respiramos. Empresas responsáveis têm sido pioneiras no estabelecimento de cadeias de fornecimento sustentáveis para proteger as florestas, e essa política tem como objetivo apoiar e reforçar esses esforços.

Estamos lançando esta consulta para saber se você acredita que o governo deve introduzir uma nova lei destinada a evitar que florestas e outras áreas naturais importantes sejam convertidas ilegalmente em terras agrícolas.

A lei que estamos propondo funcionaria ao exigir que um número relativamente pequeno de grandes empresas garanta que as commodities de “risco florestal” que utilizam – commodities que podem causar desmatamento em larga escala – foram produzidas legalmente. Isso se deve ao fato de que, em âmbito global, grande parte do desmatamento florestal associado à produção dessas commodities não é considerada legal¹.

As grandes empresas têm uma probabilidade maior de ter a influência necessária para enviar um sinal positivo aos produtores e, portanto, se enquadram no escopo desta proposta. Nossa proposta tornaria ilegal que essas empresas usassem commodities de risco florestal que não tenham sido produzidas de acordo com leis locais relevantes e as obrigaria a tomar medidas (realizar a devida diligência) para demonstrar que adotaram ações proporcionais para garantir o cumprimento desse requisito. Isso estabeleceria uma obrigação clara para as empresas, e aquelas que não a cumprirem estariam sujeitas a multas.

Reconhecendo a importância do desmatamento nas cadeias de fornecimento, em 2019 o governo estabeleceu uma força-tarefa independente chamada Global Resource Initiative como parte do nosso Plano Ambiental de 25 anos. A Global Resource Initiative considerou ações que o Reino Unido poderia adotar para tornar as cadeias de abastecimento internacionais mais verdes e reduzir sua pegada no meio ambiente global. Os líderes da iniciativa apresentaram seu [relatório final de recomendações](#) ao governo em março deste ano: uma de suas principais recomendações foi a de que o governo deveria introduzir uma exigência obrigatória de realização do processo de devida diligência (*due diligence*). Esta consulta tem como objetivo subsidiar a resposta do governo a essa recomendação.

Como e por que estamos realizando a consulta?

Esta consulta define a nossa proposta e solicita opiniões sobre se estamos usando os princípios corretos para orientar nossa abordagem e que impacto ela pode ter sobre as empresas e outros interesses. Esta não é uma proposta final. O objetivo da consulta é nos permitir ouvir o que diversas partes interessadas no Reino Unido e em outros países têm a dizer sobre os princípios gerais da nossa proposta para garantir que qualquer legislação primária futura seja formulada da maneira correta.

Após o encerramento da consulta, publicaremos um relatório no site gov.uk com um resumo das opiniões e comentários recebidos. Esse relatório será complementado por uma avaliação de impacto completa, que levará em conta as evidências recebidas por meio da consulta ao considerar o custo potencial para as empresas.

É importante observar que se o governo decidisse legislar, realizaríamos uma nova consulta para apoiar uma legislação secundária que defina quais commodities incluiremos e estabeleça detalhes da estrutura de medidas de devida diligência que as empresas precisariam adotar.

A Global Resource Initiative recorreu a uma ampla gama de especialistas dos setores de negócios, finanças e da sociedade civil. Suas recomendações foram subsidiadas por uma cuidadosa revisão das evidências, bem como pelo envolvimento com uma ampla variedade de partes interessadas. Esta consulta se baseia nesse trabalho e no processo mais amplo de coleta de evidências.

Como responder

Envie sua resposta à consulta usando a pesquisa on-line disponibilizada na plataforma Citizen Space (ferramenta de consulta on-line). Você também pode enviar sua resposta por e-mail para Due.Diligence@defra.gov.uk ou por correio para:

Consultation Coordinator at Defra.,
2^ª Floor, Foss House,
Kings Pool, 1-2 Peasholme Green,
York,
YO1 7PX

As respostas devem ser recebidas até às 23h59 do dia 5 de outubro de 2020. Esta é uma consulta de seis semanas.

Confidencialidade e proteção dos dados

Após a consulta, um resumo das respostas será publicado e disponibilizado no site do governo em www.gov.uk/defra.

As informações fornecidas em resposta a esta consulta, incluindo dados pessoais, poderão ser publicadas ou divulgadas de acordo com os regimes de acesso à informação, que são

essencialmente os Regulamentos de Informações Ambientais de 2004 (EIRs), a Lei de Liberdade de Informação de 2000 (FOIA) e a Lei de Proteção de Dados de 2018 (DPA). Temos obrigações, principalmente no âmbito dos EIRs, FOIA e DPA, de divulgar informações para destinatários específicos ou para o público em determinadas circunstâncias.

Se desejar que as informações fornecidas sejam tratadas como confidenciais, esteja ciente de que, como autoridade pública, o Departamento está vinculado à Lei de Liberdade de Informação e pode, portanto, ser obrigado a divulgar todas ou algumas das informações que você fornecer. Por essa razão, seria útil se você pudesse nos explicar por que considera as informações fornecidas confidenciais. Se recebermos um pedido de divulgação das informações, levaremos plenamente em conta sua explicação, mas não podemos garantir a manutenção da confidencialidade em todas as circunstâncias. Um aviso de confidencialidade automático gerado pelo seu sistema de TI não será, por si só, considerado como vinculante para o Departamento.

Esta consulta está sendo realizada em conformidade com os “Princípios de Consulta” do Cabinet Office, que podem ser encontrados em:

<https://www.gov.uk/government/publications/consultation-principles-guidance>.

Se tiver algum comentário ou reclamação sobre o processo de consulta, envie-os por correio para:

Consultation Coordinator at Defra,
2nd Floor, Foss House,
Kings Pool, 1-2 Peasholme Green,
York,
YO1 7PX

Ou envie-os por e-mail para: consultation.coordinator@defra.gov.uk

Administrações descentralizadas

A política ambiental é predominantemente descentralizada na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte, mas a proposta, tal como descrita nesta consulta, diz respeito à política que, na Escócia e no País de Gales, é reservada ao governo e ao Parlamento do Reino Unido. As reservas são aquelas relacionadas à criação, operação, regulação e dissolução de tipos de associações empresariais (Lei da Escócia de 1998: Parte II do Anexo 5, Seção C1; Lei do Governo do País de Gales de 2006, Parte 2 do Anexo 7A, Seção C1). Continuaremos a analisar essa questão para assegurar que quaisquer medidas introduzidas sejam implementadas de forma compatível com a alocação de responsabilidades no âmbito da Lei da Escócia e da Lei do Governo do País de Gales. Colaboraremos com os governos escocês e galês na consideração das respostas a esta consulta e dos nossos próximos passos.

Na Irlanda do Norte, o Executivo e a Assembleia da Irlanda do Norte têm competência para regular empresas (embora tenham consentido com um regime de direito societário vigente em todo o Reino Unido). Consideramos que seria benéfico ter um requisito de devida diligência aplicável a todo o Reino Unido e colaboraremos com o Executivo da Irlanda do Norte na consideração das respostas a esta consulta. Caberá ao Executivo e à Assembleia da Irlanda do Norte decidir se uma exigência de devida diligência deve ser introduzida na Irlanda do Norte.

Justificativa

Por que se concentrar em commodities?

As florestas são fundamentais para a vida das pessoas e do planeta. Além de fornecer meios de subsistência, combustível e alimentos para mais de um bilhão de pessoas², elas proporcionam a todos nós serviços essenciais como a regulação do ciclo da água, a limpeza do ar e a prevenção da erosão do solo. As florestas absorvem carbono, atuando como “sumidouros” que capturam todos os anos bilhões de toneladas de dióxido de carbono, substância que contribui para o aquecimento global³. Quando são destruídas e degradadas, seu carbono armazenado é liberado na atmosfera. Atualmente, o desmatamento constitui a segunda principal causa das mudanças climáticas no mundo – ficando atrás apenas da queima de combustíveis fósseis – e responde por cerca de 11% de todas as emissões de gases de efeito estufa⁴. Ricas em espécies animais e vegetais, abrigando cerca de 80% da biodiversidade terrestre mundial, as florestas são o lar de muitas espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar⁵. Por essa razão, limitar o desmatamento descontrolado é uma ação necessária para conservar as florestas como recursos naturais e proteger, no longo prazo, a vida e a saúde das espécies animais e vegetais que nelas vivem.

Nos últimos 60 anos, mais da metade das florestas tropicais do mundo foi destruída. A maioria dessa destruição resulta da conversão de florestas em terras agrícolas – a expansão agrícola é responsável por quase 80% de todo o desmatamento⁶. A agricultura também contribui para a conversão de uma série de outros tipos de ecossistemas naturais, como prados, turfeiras e zonas úmidas^{7,8}, e há evidências crescentes de que o desmatamento de ecossistemas naturais intensifica a propagação de doenças infecciosas⁹.

A conversão ilegal de terras representa uma proporção significativa do desmatamento. Em todo o mundo, quase metade (49%) de todo o desmatamento tropical recente resulta do desmatamento ilegal para a agricultura comercial e plantações de espécies de madeira. Em áreas críticas de desmatamento, esse percentual é consideravelmente maior¹. Entretanto, com exceção da madeira e de produtos madeireiros, atualmente não existe nenhuma exigência legal abrangente no Reino Unido que obrigue as empresas a garantir que as commodities que utilizam foram produzidas de acordo com a legislação local.

O Reino Unido consome quantidades significativas de sete commodities cuja rápida expansão está associada ao desmatamento, muitas vezes em contravenção às leis locais: carne bovina e couro, cacau, óleo de palma, celulose e papel, madeira, borracha e soja. Os alimentos que consumimos, os cosméticos que usamos, os produtos de limpeza que aplicamos e os veículos que utilizamos para nos locomover dependem dessas commodities. Commodities de risco florestal geralmente estão incorporadas a outros produtos – por exemplo, muitos animais são alimentados com soja, de modo que ela está embutida em muitos produtos de carne e laticínios, e o óleo de palma é usado como ingrediente em uma ampla variedade de produtos de supermercado.

O que pode ser feito para garantir que as commodities sejam produzidas de forma mais sustentável?

O Reino Unido reconhece seu papel no combate ao desmatamento em todo o mundo e trabalha em todos os estágios da cadeia de fornecimento para melhorar a sustentabilidade das commodities de risco florestal.

Somos signatários da Parceria da Declaração de Amsterdã, por meio da qual trabalhamos com outros governos europeus para melhorar a sustentabilidade das cadeias de fornecimento de commodities. O Reino Unido endossou a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas, que tem como objetivo reverter a perda florestal ao reforçar a proteção de florestas intactas e apoiar a restauração florestal em larga escala. Apoiamos empresas no Reino Unido para que melhorem a sustentabilidade de suas cadeias de fornecimento, convocando mesas redondas setoriais sobre soja e óleo de palma sustentáveis. As empresas do setor de bioenergia só podem acessar o apoio do governo se provarem que as commodities que utilizam satisfazem critérios de sustentabilidade. O governo também presta apoio financeiro por meio da sua iniciativa International Climate Finance no intuito de acelerar a transição para uma produção mais sustentável das principais commodities de risco florestal e criar valor nas florestas existentes. De um modo geral, nosso trabalho em prol do crescimento sustentável por meio da construção de cadeias de fornecimento globais resilientes contribui para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nossa experiência de muitos anos já demonstrou que alcançamos os melhores resultados para as pessoas e para o meio ambiente quando trabalhamos em estreita parceria com governos nacionais e comunidades locais no sentido de reforçar seus esforços existentes. Afinal, eles são as pessoas que detêm esses ecossistemas vitais e dependem deles para seu sustento.

Por exemplo, o Reino Unido desempenhou um papel essencial no desenvolvimento do Plano de Ação FLEGT (Forest Law Enforcement, Governance and Trade). Os líderes desse Plano de Ação trabalharam com governos de países produtores de madeira para fortalecer ainda mais a formulação e a aplicação de suas leis florestais. Ao levar os países produtores a tornar suas leis mais claras, o plano de ação ajudou empresas internacionais a cumpri-las. Fundamentalmente, o plano reconheceu o papel que os países importadores de madeira poderiam desempenhar para reforçar esses esforços, proibindo que produtos madeireiros ilegais fossem colocados pela primeira vez no mercado e exigindo que os operadores que colocam produtos madeireiros no mercado pela primeira vez implementassem o processo de devida diligência. Países em todo o mundo estão começando a adotar uma abordagem semelhante, entre os quais a China e a Austrália.

Essa abordagem é um exemplo de como atores internacionais podem trabalhar com autoridades nacionais para fortalecer o desenho e a aplicação de estruturas jurídicas nacionais, o que é fundamental para intensificar a proteção florestal no longo prazo. O fortalecimento da legislação florestal e da sua aplicação foi uma das principais razões por trás da redução do desmatamento na Amazônia brasileira entre 2004 e 2012¹⁰. Só o cumprimento do Código Florestal Brasileiro poderia levar a um *aumento* superior a 15% da cobertura florestal até 2050, se for devidamente aplicado. Da mesma forma, na Indonésia, as reduções das taxas de desmatamento entre 2012 e 2017 foram associadas à introdução de uma moratória nacional¹¹.

Uma pergunta fundamental para países como o Reino Unido é a seguinte: como podemos incentivar todos os envolvidos na produção dessas commodities essenciais a cumprir as leis nacionais e, assim, aumentar sua sustentabilidade?

O que mais pode ser feito?

Em 2019, pedimos que uma força-tarefa independente de líderes dos setores de negócios, finanças e da sociedade civil assessorassem o governo sobre medidas que o Reino Unido poderia adotar para tornar as cadeias de fornecimento mais verdes – a iniciativa Global Resource Initiative. A força-tarefa consultou mais de 200 empresas e organizações e apresentou seu relatório final de recomendações em março de 2020¹². Ela reconheceu que as pessoas e governos dos países consumidores podem fazer sua parte para ajudar a diminuir a perda de florestas, identificando 14 ações práticas que poderiam ser adotadas pelo governo, pelas empresas e pela sociedade civil do Reino Unido para solucionar o problema. O governo responderá a todas as recomendações do relatório no devido tempo.

Esta consulta foi concebida para subsidiar nossa resposta a uma das principais recomendações da força-tarefa: se devemos exigir que as empresas realizem o processo de devida diligência em suas cadeias de fornecimento.

O Reino Unido tornou-se a primeira grande economia a legislar no sentido de zerar todas as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. O governo também implementou uma estrutura, por meio da iniciativa Streamlined Energy and Carbon Reporting, que exige que empresas britânicas de grande porte ou listadas na bolsa informem suas emissões de gases de efeito estufa e uso de energia em seu relatório anual para exercícios iniciados em 1º de abril de 2019 ou após essa data. O governo britânico foi um dos primeiros do mundo a endossar as recomendações finais da Força-Tarefa Setorial sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) em 2017 e, em sua Estratégia de Financiamento Verde (publicada em 2019), estabeleceu a expectativa de que todas as empresas listadas e grandes proprietários de ativos divulguem informações em conformidade com as recomendações da TCFD até 2022.

Embora a proposta apresentada nesta consulta esteja associada à redução da pegada ambiental internacional do Reino Unido, queremos entender a melhor maneira de alinhar nossas ambições da forma mais complementar possível para o cumprimento dos compromissos e a divulgação de informações. Especificamente, estamos interessados em saber até que ponto existem oportunidades de alinhamento com os requisitos de divulgações de informações aplicáveis às empresas no âmbito de normas internacionais existentes, incluindo as recomendações da TCFD.

Proposta

A proposta central, sobre a qual estamos solicitando sua opinião por meio da pesquisa, é a seguinte:

- Nossa intenção é assegurar que as commodities de risco florestal sejam produzidas de forma legal e sustentável
- Estamos propondo introduzir uma legislação que:
 - Tornaria ilegal que as empresas dentro do escopo usassem, seja na produção ou no comércio dentro do Reino Unido, commodities de risco florestal que não tenham sido produzidas de acordo com as leis relevantes do país onde são cultivadas
 - “Commodities de risco florestal” incluem aquelas incorporadas a outros produtos
 - “Leis relevantes” incluem aquelas que proíbem a conversão de florestas naturais e outros ecossistemas naturais em terras agrícolas.
 - Obrigaria as empresas dentro do escopo a realizar a devida diligência para garantir que commodities de risco florestal que não tenham sido produzidas legalmente não entrem em sua cadeia de fornecimento e a relatar publicamente essa prática
 - Permitiria que o governo aplicasse multas e outras sanções civis a empresas que continuem a usar commodities de risco florestal que não tenham sido produzidas legalmente e/ou que não tenham um sistema robusto de devida diligência
 - Exigiria que o governo revisse regularmente a eficácia da lei
- Empresas de grande porte acima de um determinado nível de faturamento e número de funcionários se enquadrariam no escopo da lei – pequenas empresas estariam fora do escopo

Uso da lei para impor um dever às empresas

Na última década, governos, empresas e a sociedade civil adotaram diversas medidas positivas para melhorar a sustentabilidade das commodities de risco florestal.

Evidências crescentes indicam que, embora necessárias, todas essas diferentes medidas não têm sido suficientes para resolver o problema. A legislação oferece um mecanismo que o governo pode utilizar para tornar determinadas ações obrigatórias.

Sendo assim, o governo está considerando a introdução de uma nova lei relacionada às cadeias de fornecimento. Isso proporcionaria orientações objetivas e uniformes para as empresas, estabelecendo pela primeira vez uma exigência clara na lei. A legislação oferece uma ferramenta para nos ajudar a garantir que as empresas que operam de forma sustentável não sejam prejudicadas por outras, sendo efetivamente punidas por fazerem a coisa certa.

Se o governo decidisse legislar, nossa intenção seria estabelecer a estrutura da lei na legislação primária. Isso seria seguido por uma legislação secundária que detalhe, por exemplo, as etapas que as empresas deveriam cumprir. Essa legislação secundária seria necessária para que a lei entrasse em vigor. A legislação secundária seria objeto de uma nova consulta, proporcionando uma segunda oportunidade para você manifestar sua opinião.

Exigência de que as empresas garantam que as commodities foram produzidas legalmente

Propomos introduzir uma legislação que tornaria ilegal que empresas usassem, seja na produção ou no comércio dentro do Reino Unido, commodities de risco florestal que não tenham sido produzidas em conformidade com as leis relevantes do país em que são cultivadas. As empresas seriam obrigadas a ter um sistema robusto de devida diligência e a relatá-lo para demonstrar que adotaram medidas proporcionais para garantir que os produtos que fornecem são legais.

Essa abordagem tem como objetivo reforçar os esforços existentes dos países produtores para fazer cumprir suas leis, contribuindo, assim, para a sustentabilidade de todos os produtos que cultivam, não apenas daqueles exportados para o Reino Unido. Além de evitar o deslocamento de produtos insustentáveis para outros mercados, essa abordagem evita a discriminação contra produtores que seguem a lei e incentiva a adoção de melhores práticas – e tudo isso sem prejudicar meios de subsistência. Além disso, ela aborda o que muitos especialistas consideram ser a forma mais prejudicial e predominante de desmatamento: o desmatamento ilegal.

O grau de proteção das florestas previsto nas leis nacionais varia de país para país. Também é verdade que os padrões internacionais e empresariais para commodities variam. O foco da nossa legislação em assegurar que as commodities tenham sido produzidas em total conformidade com as leis locais envia uma mensagem a outros governos de que queremos apoiar seus esforços para garantir o uso sustentável de seus recursos naturais, reforçando um espírito de parceria. Isso também oferecerá um princípio operacional claro para as empresas.

A abordagem proposta definiria, pela primeira vez, um piso – um padrão mínimo – que as empresas precisariam cumprir: o de que elas estão cumprindo as leis relevantes. Obviamente, as empresas teriam liberdade para adotar padrões mais elevados, quando disponíveis, para alcançar resultados mais sustentáveis.

Leis relevantes

O objetivo desta proposta é assegurar que as commodities sejam produzidas em conformidade com leis que proíbem a conversão de florestas em terras agrícolas. Essas são as leis que serão usadas como base para determinar se uma commodity foi produzida legalmente.

É importante considerar que as commodities de risco florestal podem ser produzidas em terras convertidas de outros tipos de ecossistemas. Para evitar uma situação em que, ao enfocarmos apenas a legislação florestal, os produtores sejam incentivados a converter outros tipos de ecossistemas, estamos propondo que as empresas devem garantir que produzam commodities de acordo com as leis que protegem os ecossistemas naturais de forma mais ampla.

Foco em empresas específicas

Propomos direcionar essa legislação para um número relativamente pequeno de grandes empresas que usam commodities de risco florestal na produção ou no comércio no Reino Unido e que tenham um determinado nível de faturamento e número de funcionários. Estabeleceríamos o nível exato na legislação secundária.

Além de nos permitir regular as empresas que têm uma maior probabilidade de enviar um sinal positivo aos produtores, essa abordagem também minimiza a carga regulatória sobre pequenas empresas no Reino Unido, cuja ação na cadeia de fornecimento teria uma probabilidade menor de ter um impacto significativo. Estamos propondo que a lei se aplique a empresas que operam na Inglaterra, na Irlanda do Norte, na Escócia e no País de Gales. Os esquemas existentes no setor de bioenergia continuariam a vigorar.

Perguntas da consulta

Seção A: Sobre você

Pergunta 1: Qual seu nome?

Pergunta 2: Qual seu endereço de e-mail?

Pergunta 3: Em que país você reside?

Pergunta 4: Você gostaria que sua resposta fosse tratada como confidencial?

- Sim
- Não

Pergunta 5: Você está respondendo:

- Em nome de uma organização
- Como indivíduo

Seção B: Sobre sua organização

[Observe que esta seção só se aplica se você estiver respondendo em nome de uma organização].

Pergunta 1: Você está respondendo em nome de que tipo de organização?

- Órgão governamental
- Organização não-governamental
- Pequena ou microempresa (menos de 50 funcionários)
- Empresa média (50 a 249 funcionários)
- Grande empresa (250 ou mais funcionários)
- Associação de classe
- Estou respondendo em nome de outro tipo de organização

Pergunta 2: Forneça o nome da sua organização.

Seção C: Sobre sua empresa

[Observe que esta seção se aplica apenas a respondentes

empresariais] Pergunta 1: Qual setor descreve melhor sua empresa?

- Agricultura, silvicultura e pesca

- Mineração, extração e serviços de utilidade pública
- Fabricação/manufatura
- Construção
- Atacado e varejo; reparo de veículos automotores
- Transporte e armazenamento (incluindo postal)
- Serviços de acomodação e alimentação
- Informação e comunicação
- Finanças e seguros
- Imóveis
- Profissional, científico e técnico
- Administração de empresas e serviços de apoio
- Administração pública e defesa
- Educação
- Saúde
- Artes, entretenimento, recreação e outros serviços

Pergunta 2: Onde sua empresa está sediada?

- No Reino Unido
- No exterior

Pergunta 3: Se sua empresa estiver sediada no Reino Unido, informe o local.

- Não aplicável
- Escócia
- Irlanda do Norte
- País de Gales
- Nordeste da Inglaterra
- Noroeste da Inglaterra
- Yorkshire and the Humber
- West Midlands
- East Midlands
- Sudoeste da Inglaterra
- Sudeste da Inglaterra
- Leste da Inglaterra
- Grande Londres

Pergunta 4: Se sua empresa estiver sediada no exterior, informe o país.

Pergunta 5: Quantas pessoas sua empresa emprega no Reino Unido?

- Nenhuma
- 1 a 49
- 50 a 249
- 250 a 499
- 500 a 1000
- Mais de 1000

Pergunta 6: Quantas pessoas sua empresa emprega em todo o mundo?

- 1 a 49
- 50 a 249
- 250 a 499
- 500 a 1000
- Mais de 1000

Pergunta 7: Qual o faturamento anual da sua empresa no Reino Unido?

- Entre 0 e 10,2 milhões de libras esterlinas
- Entre 10,2 milhões e 36 milhões de libras esterlinas
- Entre 36 milhões e 100 milhões de libras esterlinas
- Entre 100 milhões e 500 milhões de libras esterlinas
- Entre 500 milhões e 1 bilhão de libras esterlinas
- 1 bilhão ou mais de libras esterlinas

Pergunta 8: Qual o faturamento anual da sua empresa em todo o mundo? (considerando que 1 USD = 0,7837 GBP)

- Entre 0 e 100 milhões de libras esterlinas
- Entre 100 milhões e 500 milhões de libras esterlinas
- Entre 500 milhões e 1 bilhão de libras esterlinas
- Entre 1 bilhão e 10 bilhões de libras esterlinas
- Entre 10 bilhões e 50 bilhões de libras esterlinas
- Entre 50 bilhões e 100 bilhões de libras esterlinas
- Mais de 100 bilhões de libras esterlinas

Pergunta 9: Quais das seguintes commodities de risco florestal você utiliza na produção ou no comércio no Reino Unido? Assinale todas as opções aplicáveis.

- Carne bovina
- Cacau
- Couro
- Óleo de palma
- Borracha
- Soja
- Nenhuma das opções acima

Pergunta 10: Liste qualquer outra commodity de risco florestal que você utiliza na produção ou no comércio no Reino Unido.

Pergunta 11: Você possui atualmente um sistema para garantir que qualquer uma das seguintes commodities de risco florestal foi produzida legalmente? Assinale todas as opções aplicáveis.

- Carne bovina
- Cacau
- Couro
- Óleo de palma
- Borracha
- Soja
- Nenhuma das opções acima

Pergunta 12: Liste qualquer outra commodity de risco florestal para a qual você tem um sistema que garante que ela foi produzida legalmente.

Pergunta 13: Se você tiver um sistema para garantir que qualquer commodity de risco florestal foi produzida legalmente, descreva-o.

Pergunta 14: Use esse campo para compartilhar qualquer outra informação sobre os sistemas que você usa para entender melhor como as commodities de risco florestal em suas cadeias de fornecimento são produzidas.

Seção D: Sobre a proposta

Pergunta 1: O governo deve introduzir uma legislação destinada a tornar as commodities de risco florestal mais sustentáveis?

- Sim
- Não
- Não sei

Pergunta 2: Deveria ser ilegal que as empresas usassem commodities de risco florestal no Reino Unido que não tenham sido produzidas de acordo com as leis relevantes?

- Sim
- Não
- Não sei

Pergunta 3: As empresas no Reino Unido devem ser obrigadas a ter um sistema de devida diligência para garantir que as commodities de risco florestal que utilizam foram produzidas de acordo com as leis relevantes?

- Sim
- Não
- Não sei

Pergunta 4: As empresas devem ser obrigadas a relatar publicamente seu sistema de devida diligência?

- Sim
- Não
- Não sei

Pergunta 5: O governo deveria poder aplicar multas a empresas que utilizam commodities de risco florestal não produzidas de acordo com as leis relevantes?

- Sim
- Não
- Não sei

Pergunta 6: A legislação deve se aplicar a grandes empresas, acima de um determinado número de funcionários e faturamento, que utilizam commodities de risco florestal na produção ou no comércio?

- Sim
- Não
- Outros

Pergunta 7: Se você respondeu “Outros” à Pergunta 6, forneça uma explicação detalhada.

Pergunta 8: Empresas de grande porte são obrigadas a relatar questões climáticas e ambientais, inclusive em relação ao objetivo de zerar as emissões líquidas. Até que ponto existem oportunidades para alinhar a proposta apresentada nesta consulta com os requisitos de divulgação de informações aplicáveis às empresas no âmbito de estruturas internacionais existentes [por exemplo, as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD)]?

Pergunta 9: Você tem alguma informação ou comentário adicional que gostaria de compartilhar?

Bibliografia

- 1 Forest Trends, “*Consumer Goods and Deforestation*” (2014)
- 2 Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), “*The State of the World's Forests 2018*” (2018)
- 3 Pan et al., “*A Large and Persistent Carbon Sink in the World's Forests*” (2011)
- 4 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), “*Quinto Relatório de Avaliação do IPCC*”. (2014)
- 5 Aerts R, e Honnay O, “*Forest restoration, biodiversity and ecosystem functioning*”. (2011)
- 6 Kissinger G, Herold M, De Sy V, “*Drivers of Deforestation and Forest Degradation: A Synthesis Report for REDD+ Policymakers*” (2012)
- 7 Henderson K, Bauch C, Anand M, “*Alternative stable states and the sustainability of forests, grasslands, and agriculture*” (2016)
- 8 Foley J, DeFries R, Asner G, et al., “*Global Consequences of Land Use*” (2005)
- 9 Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), “*The Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*” (2019)
- 10 Boucher D, Roquemore S, Fitzhugh E, “*Brazil's Success in Reducing Deforestation*”. (2013)
- 11 Chen B, Kennedy C, Xu B, “*Effective moratoria on land acquisitions reduce tropical deforestation: evidence from Indonesia*” (2019)
- 12 Global Resource Initiative (GRI), “*Final Recommendations Report*” (2020). Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/global-resource-initiative-taskforce>